

CÓD: OP-161JN-24 7908403548743

PGE-BA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DA BAHIA

Analista de Procuradoria Temporário (Apoio Administrativo)

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES PGE № 001/2024

Língua Portuguesa

1.	Ortografia oficial	7
2.	Acentuação gráfica	7
3.	Flexão nominal e verbal. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação. Emprego de tempos e modos verbais. Vozes do verbo	8
4.	Concordância nominal e verbal	15
5.	Regência nominal e verbal	17
6.	Ocorrência de crase	18
7.	Pontuação	18
8.	Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas)	22
9.	Intelecção de texto.	28
	atemática e Raciocínio lógico-matemático	
1.	Matemática: números inteiros e racionais: operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação); expressões numéricas	35
2.	múltiplos e divisores de números naturais; problemas	41
3.	Frações e operações com frações.	42
4.	Números e grandezas proporcionais: razões e proporções; divisão em partes proporcionais	44
5.	regra de três	45
6.	porcentagem e problemas	46
7.	Raciocínio lógico-matemático: Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos. Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas	48
No	oções Gerais da Igualdade Racial e de Gênero	
1.	Noções Gerais da Igualdade Racial e de Gênero: Na Constituição da República Federativa do Brasil (arts. 1º, 3º, 4º e 5º)	71
2.	Na Constituição do Estado da Bahia (Capítulos XIX — "Dos Direitos Específicos da Mulher" - e XXIII - "Do Negro")	74
3.	No Estatuto da Igualdade Racial (Lei federal nº 12.288/2010)	75
4.	Os crimes resultantes de preconceito de raça ou de corna Lei federal nº 7.716/1989, alterada pela Lei federal nº 9.459/1997	82
5.	A prática de atos resultantes de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado cívil como contravenção penal (Lei federal nº 7.437/1985)	83
6.	A criação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e da Secretaria de Políticas para as Mulheres (Lei estadual nº 10.549/2006 alterada pela Lei estadual nº 12.212/2011)	84

Informática

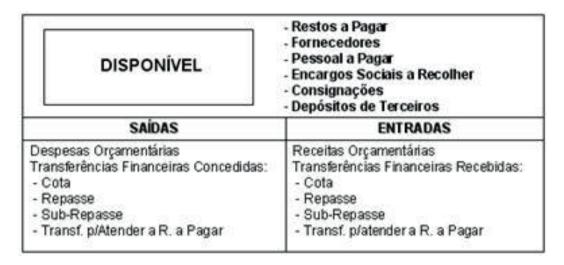
	Noções Basicas de Informatica
2.	Processador de texto (Word). Planilhas eletrônicas (Excel). Editor de Apresentações (PowerPoint)
3.	Navegador Internet (Browser), busca e pesquisa na Web
4.	Conceitos de tecnologias e ferramentas de colaboração, correio eletrônico, grupos de discussão, fóruns e wikis
5.	Conceitos de proteção e segurança, realização de cópias de segurança (backup), vírus e ataques a computadores
6.	Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas
40	lministração
1.	Noções de Administração
2.	Processo Organizacional: Planejamento, direção, comunicação, controle e avaliação
3.	Gestão de Processos
4.	Gestão de Contratos
5.	Planejamento Estratégico
6.	Administração de Recursos Humanos: Conceitos, importância, a função do órgão de recursos humanos: atribuições básicas e objetivos, políticas e sistemas de informações gerenciais
7.	Comportamento organizacional: relações indivíduo/organização, motivação, liderança, desempenho
8.	Competência interpessoal
9.	Gerenciamento de conflitos
1.	reito Constitucional
	Direitos e Garantias Fundamentais: Direitos e Deveres individuais e coletivos
2.	Direitos e Garantias Fundamentais: Direitos e Deveres individuais e coletivos
3.	Dos Direitos sociais
 2. 3. 4. 5. 	Dos Direitos sociais
3. 4. 5.	Dos Direitos sociais
3. 4. 5.	Dos Direitos sociais
3. 4. 5. Di	Dos Direitos sociais
3. 4. 5. Di 1. 2.	Dos Direitos sociais Da Nacionalidade Dos Servidores Públicos: direitos e vantagens, sistema remuneratório, subsídio, vencimento, teto remuneratório, vantagens pecuniárias e regime previdenciário Sistema Financeiro Nacional Conceito, objeto e fontes do Direito Administrativo Organização Administrativa: administração direta e indireta; autarquias, fundações públicas; empresas públicas; sociedades de economia mista
3. 4. 5. Di	Dos Direitos sociais
3. 4. 5. Di 1. 2.	Dos Direitos sociais
3. 4. 5. Di 1. 2. 3.	Dos Direitos sociais

ÍNDICE

7.	Serviços Públicos: conceito e natureza, modalidades e formas de prestação, o perfil moderno do serviço público; Parcerias Público Privadas - PPP	271
8.	Licitação e contratos administrativos (Lei federal 14.133/21, Lei federal nº 10.520/2002 e Lei estadual nº 9.433/2005)	283
9.	Processo administrativo estadual (Lei estadual nº 12.209/2011)	383
	·	
10.	Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado (Lei Complementar estadual nº 34/2009)	397
Di	reito Financeiro	
1.	Normas gerais de direito financeiro (Lei federal nº 4.320/1964)	417
2.	Orçamento: Conceito e espécies	426
3.	Princípios Orçamentários	429
4.	Despesa Pública: Conceito e Classificação. Princípio da legalidade	429
5.	Tipos de créditos orçamentários	431
6.	Técnica de execução da despesa pública: empenho, liquidação e pagamento	432
7.	Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar federal nº 101/2000)	434
8.	Fiscalização e controle interno e externo dos Orçamentos	449
9.	Receita Pública. Conceito. Classificação: receitas originárias e receitas derivadas	453
Со	entabilidade Pública	
1.	Conceito, objeto e regime. Campo de Aplicação	459
2.	Conceitos e princípios básicos da Lei federal nº 4.320/196	461
3.	Sistemas de Contas da Contabilidade Pública. Plano de Contas da Administração estadual: conceito, estrutura das contas, partes integrantes, contas do ativo, passivo, receita, despesa, resultado e compensação. Adiantamento e prestação de con-	
	tas	462
4.	Procedimentos de encerramento do exercício	466
5.	Demonstrações Contábeis: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais de acordo com a Lei federal nº 4.320/1964 e alterações posteriores	467

As principais contas do sistema financeiro estão relacionadas com as contrapartidas do grupo "Disponível", visto que este grupo representa, dentro de qualquer Órgão ou Entidade, as entradas e saídas de recursos.

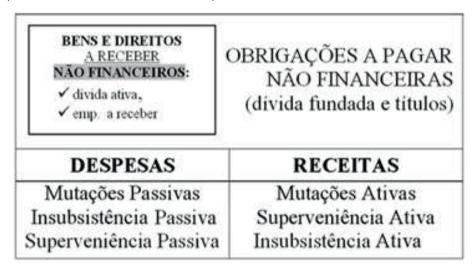
Assim, podemos concluir que todas as contas do grupo "Disponível" pertencem ao Sistema Financeiro, ou seja, Caixa, Bancos Conta Movimento, Aplicações Financeiras e todas as outras contas. Também pertencem a esse sistema as seguintes contas: Receita, Despesa, Fornecedores, Restos a Pagar, Pessoal a Pagar, Encargos Sociais a Recolher, Consignações, Depósitos de Terceiros etc.



Resumindo, os fatos que se relacionam com entradas e saídas de recursos, na Contabilidade Pública, terão, obrigatoriamente, um lancamento no Sistema Financeiro.

Sistema Patrimonial

O Sistema Patrimonial registra os bens móveis, imóveis, estoques, créditos, obrigações, valores, inscrição e baixa da dívida ativa operações de créditos, superveniências e insubsistências ativas e passivas etc.



Os lançamentos de incorporação ou desincorporação de ativos e passivos são fechados dentro desse sistema, mesmo que o fato venha a acarretar uma entrada, ou saída de recurso (Sistema Financeiro). A título de exemplo, uma compra de um veículo, feita com pagamento, no ato da aquisição, cujos lançamentos são resumidos a seguir:

SISTEMA FINANCEIRO	SISTEMA PATRIMONIAL
Despesa de Capital (Resultado) a bancos Conta Movimento Ativo.	Veículos (Ativo Permanente) a Variações Ativas (Resultado).

Pela observação do lançamento anterior, pode-se concluir que todos os atos permutativos vão gerar, sempre, três lançamentos; um no sistema financeiro, outro no sistema patrimonial e, ainda, um terceiro, no sistema orçamentário, por se tratar de fatos de natureza orçamentária.

Quando apresenta saldo devedor, é chamada de Conta bilateral ativa e quando apresenta saldo credor, é chamada de Conta bilateral passiva.

Plano de Contas Contábil

Plano de Contas (ou Elenco de Contas) é o conjunto de contas, previamente estabelecido, que norteia os trabalhos contábeis de registro de fatos e atos inerentes à entidade, além de servir de parâmetro para a elaboração das demonstrações contábeis.

A montagem de um Plano de Contas deve ser personalizada, por empresa, já que os usuários de informações podem necessitar detalhamentos específicos, que um modelo de Plano de Contas geral pode não compreender.

Objetivo do Plano de Contas

Seu principal objetivo é estabelecer normas de conduta para o registro das operações da organização e, na sua montagem, devem ser levados em conta três objetivos fundamentais:

- A Atender às necessidades de informação da administração da empresa;
- B Observar formato compatível com os princípios de contabilidade e com a norma legal de elaboração do balanço patrimonial e das demais dmonstrações contábeis (Lei 6.404/76, a chamada "Lei das S/A");
- C Adaptar-se tanto quanto possível às exigências dos agentes externos, principalmente às da legislação do Imposto de Renda.

— Elenco de Contas e Correspondente Conjunto de Normas

O Plano de Contas, genericamente tido como um simples elenco de contas, constituí na verdade um conjunto de normas do qual deve fazer parte, ainda, a descrição do funcionamento de cada conta - o chamado "Manual de Contas", que contém comentários e indicações gerais sobre a aplicação e o uso de cada uma das contas (para que serve, o que deve conter e outras informações sobre critérios gerais de contabilização).

- Contas do Balanço Patrimonial

A empresa deve manter escrituração contábil com base na legislação comercial e com observância das Normas Brasileiras de Contabilidade.

O balanço patrimonial é uma das demonstrações contábeis que visa a evidenciar, de forma sintética, a situação patrimonial da empresa e dos atos e fatos consignados na escrituração contábil.

Essa demonstração deve ser estruturada de acordo com os preceitos da Lei 6.404/76 (chamada "Lei das S/A") e segundo os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Tal estrutura de contas, dentro do conceito legal da própria Lei 6.404/76 (artigos 176 a 182 e artigo 187), em síntese, se compõe de:

Ativo

- Circulante;
- Não Circulante;
- Realizável A Longo Prazo;
- Investimentos;
- Imobilizado;
- Intangível.

Passivo

- Circulante;
- Não Circulante;
- Patrimônio Líquido.

Como exemplo, temos a conta "Caixa", que registrará o dinheiro em espécie (papel-moeda) disponível na tesouraria da empresa. Trata-se de uma conta do Ativo Circulante, subgrupo Disponibilidades.

Sugiro que o Plano de Contas contenha, no mínimo, 4 (quatro)

- Nível 1: Ativo, passivo, Patrimônio Líquido, receitas, custos e despesas.
- Nível 2: Ativo Circulante, Não Circulante/Passivo e
 Patrimônio Líquido. Circulante, Não Circulante e Patrimônio
 Líquido. Receitas Receita Bruta, Deduções da Receita Bruta,
 Outras Receitas Operacionais/Custos e Despesas Operacionais.
- Nível 3: Contas que evidenciem os grupos a que se referem, como por exemplo:
 - Nível 1 Ativo
 - Nível 2 Ativo Circulante
 - Nível 3 Bancos Conta Movimento
- Nível 4: Sub-contas que evidenciem o tipo de registro contabilizado, como por exemplo:
 - Nível 1 Ativo
 - Nível 2 Ativo Circulante
 - Nível 3 Bancos Conta Movimento
 - Nível 4 Banco A

Abaixo, segue um exemplo bem simples de uma estrutura de plano de contas em 4 níveis:

1 - ATIVO

- 1.1 ATIVO CIRCULANTE
- 1.1.1 Caixa
- 1.1.1.01 Caixa Geral
- 1.1.2 Bancos C/Movimento
- 1.1.2.01 Banco Alfa
- 1.1.3 Contas a Receber
- 1.1.3.01 Clientes
- 1.1.3.02 Outras Contas a Receber
- 1.1.4 Estoques
- 1.1.4.01 Mercadorias
- 1.1.4.02 Produtos Acabados
- 1.1.4.03 Insumos
- 1.1.4.04 Outros

1.2 NÃO CIRCULANTE

- 1.2.1 Contas a Receber
- 1.2.1.01 Clientes
- 1.2.1.02 Outras Contas
- 1.2.2 INVESTIMENTOS
- 1.2.2.01 Participações Societárias
- 1.2.3 IMOBILIZADO
- 1.2.3.01 Terrenos
- 1.2.3.02 Construções e Benfeitorias
- 1.2.3.03 Máquinas e Ferramentas
- 1.2.3.04 Veículos
- 1.2.3.05 Móveis

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Demonstração contábil que evidencia as movimentações ocorridas com o caixa da empresa. Destaca as entradas e saídas referentes as atividades que pode ser:

- Operacionais
- De investimentos
- De financiamento

Pode ser elaborada por dois métodos:

- Método direto Parte da receita obtida através do cálculo das entradas e saídas de dinheiro; definindo assim, a fonte e o uso dos recursos.
- Método indireto Parte do lucro líquido, comparando os valores das contas patrimoniais, para a dedução de entrada ou saída de dinheiro do caixa da empresa. O Balanço Patrimonial, a DRE e a DLPA, servirão de modelo para elaboração por este método.

Notas Explicativas

São informações adicionais, elaboradas para esclarecer situações que não puderam ser evidenciadas nas demonstrações financeiras.

São posicionadas após as demonstrações financeiras e por isto, são conhecidas também como notas de rodapé.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Relatório contábil que apresenta o quanto de riqueza uma empresa produziu e como foi distribuída entre sócios, empregados e governo.

QUESTÕES

- 1. (FGV 2013 CONDER Contador) O patrimônio líquido inicial de uma empresa de economia mista era composto por \$600.000 de Capital integralizado, \$100.000 de Reserva Legal e \$ 10.000 de Reserva para futuro aumento de capital, apresentando uma situação líquida de propriedade total dos ativos onde todos os valores estão concentrados no ativo de giro.
- No final do ano foi apurado um lucro líquido do exercício de\$500.000 gerado exclusivamente por operações de curto prazo a vencer no próximo exercício financeiro.
- Na assembléia geral ordinária foi decidido que a empresa constituirá a reserva de lucro obrigatória destinando 50% de dividendos declarados a distribuir no início do ano subsequente e o saldo remanescente do lucro seria transferido para a reserva para futuro aumento de capital.

A variação dos saldos inicial e final do Patrimônio Líquido evidenciado na demonstração das mutações do patrimônio líquido do exercício findo é:

- (A) \$240.000.
- (B) \$250.000.
- (C) \$260.000.
- (D) \$262.500.
- (E) \$265.000.

2. (CESPE - 2014 - CADE - Contador) Com relação a princípios de contabilidade sob a perspectiva do setor público, campo de aplicação, regime contábil, sistemas de contabilidade federal, patrimônio e suas variações, julgue o item a seguir.

As variações patrimoniais qualitativas são representadas por alterações do patrimônio público, sem que haja variação do patrimônio líquido.

- () CERTO () ERRADO
- 3. (IDECAN 2016 UERN Contador) Na contabilidade os dados constantes do Balanço Patrimonial são melhor interpretados por meio das demonstrações contábeis que explicam a realidade de suas contas. De acordo com o exposto correlacione, adequadamente, as colunas de acordo com a função de cada demonstração apresentada.
 - 1. DRE.
 - 2. DMPL.
 - 3. DOAR.
 - 4. DFC.
 - 5. DLPAC.
 - () Variação da conta lucros acumulados.
 - () Aumento ou diminuição do Patrimônio Líquido.
 - () Variação das disponibilidades.
 - () Variação do capital circulante líquido.
 - () Variação das contas do patrimônio líquido.

A sequência está correta em:

- (A) 1, 3, 2, 5, 4.
- (B) 5, 1, 4, 3, 2.
- (C) 4, 5, 3, 1, 2.
- (D) 3, 1, 2, 4, 5.
- 4. (CESGRANRIO 2012 TERMOBAHIA Técnico de Suprimento de Bens e Serviços Júnior) No que diz respeito à variação do patrimônio, o fato administrativo que envolve apenas as contas patrimoniais e que não modifica o patrimônio líquido é o
 - (A) misto
 - (B)quantitativo
 - (C) modificativo
 - (D) permissivo
 - (E) permutativo
- 5. (CESPE 2019 SLU-DF Analista de Gestão de Resíduos Sólidos Ciências Contábeis) Com relação ao reconhecimento, à avaliação, à mensuração e à escrituração de itens patrimoniais passivos e do patrimônio líquido, julgue o item seguinte.

A conta ajuste de avaliação patrimonial, integrante do patrimônio líquido, registra a variação de valor justo de instrumentos patrimoniais designados ao valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA) e será creditada quando ocorrer variação positiva desse valor justo.

- () CERTO
- () ERRADO

- (D) Divisão do patrimônio líquido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.
- (E) Serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado.
- 15. (FEMPERJ 2012 TCE-RJ Analista de Controle Externo Controle Externo) Os regimes de caixa e competência são também conhecidos como regime financeiro e econômico, tendo em vista a abordagem com que cada um reconhece e apropria receitas e despesas. A esse respeito, é correto afirmar que:
 - (A) no regime de caixa, as despesas devem ser apropriadas de acordo com a venda efetuada no período;
 - (B) no regime de competência, as receitas são reconhecidas proporcionalmente às vendas do período;
 - (C) no regime de caixa, as despesas incorridas, mas não pagas dentro do exercício, provocam um passivo menor e um lucro maior comparativamente ao que seria apresentado pelo regime de competência;
 - (D) no regime de caixa, as despesas incorridas, mas não pagas dentro do exercício, provocam um ativo maior e um passivo menor comparativamente ao que seria apresentado pelo regime de competência;
 - (E) no regime de competência, as despesas devem ser apropriadas de acordo com seu pagamento ou desembolso.
- 16. (TJ-SC 2011 TJ-SC Analista Administrativo) Analise as proposições abaixo sobre o regime contábil governamental adotado no Brasil.
- I Utiliza-se o regime contábil misto: caixa para a arrecadação das receitas e competência para a realização das despesas.
- II São três os regimes adotados no Brasil: caixa, competência e prudência.
 - III Utiliza-se somente o regime de competência.
- IV São dois: o de competência para a arrecadação das receitas e o de caixa para a realização das despesas.
- V São dois: o de prudência para as despesas e o de competência para as receitas.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Somente a proposição V está correta.
- (B) Somente as proposições II e III estão corretas.
- (C) Somente a proposição I, está correta.
- (D) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- (E) Somente as proposições II e IV estão corretas.

- 17. (FGV 2013 CONDER Contador) Quanto aos efeitos dos regimes de caixa e de competência, analise as afirmativas a seguir.
- I. O lucro ou prejuízo final apurado na demonstração do resultado do exercício por competência do período terá sempre o mesmo valor da variação de caixa das atividades de operações evidenciado na demonstração do fluxo de caixa.
- II. Uma receita de prestação de serviço recebida antecipadamente altera o saldo de caixa sem alterar imediatamente o resultado do período em razão do fato gerador da receita por competência somente ocorrer quando da efetiva prestação do serviço.
- III. Uma despesa paga antecipadamente envolve somente contas patrimoniais sendo apropriada a conta de resultado somente no momento do consumo dessa transação.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II está correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- 18. (IF-ES 2019 IF-ES Técnico em Contabilidade) A empresa Cia. Sucesso vendeu no mês X1 \$ 40.000, dos quais \$ 22.000 recebeu à vista e o restante receberá a prazo, no mês X2. As despesas no mês X1 foram de \$ 28.000, sendo que \$ 14.000 foram pagos à vista e o restante será pago no mês X2. Considerando as informações apresentadas, assinale a alternativa que apresenta o Resultado Líquido do mês X1 pelos Regimes de Caixa e Competência, respectivamente:
 - (A) \$ 20.000 e \$ 12.000
 - (B) \$ 32.000 e \$ 26.000
 - (C) \$ 10.000 e \$ 2.000
 - (D) \$ 8.000 e \$ 12.000 (E) \$ 8.000 e \$ 6.000

da de decisões de

- 19. (AL/CE ANALISTA LEGISLATIVO/CIÊNCIAS CONTÁBEIS SUPERIOR CESPE 2021) De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 00(R2) Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, a elaboração do relatório financeiro, para fins gerais, deve priorizar a prestação de informações financeiras que sejam úteis para a toma-
 - (A) investidores e credores, existentes e potenciais.
 - (B) administradores e membros de conselhos fiscais.
 - (C) órgãos reguladores e fiscalizadores.
 - (D) profissionais da contabilidade e auditores independentes.
 - (E) pessoas do público em geral, sem distinção.
- 20. (PREFEITURA DE SÃO JOÃO DEL REI/MG TÉCNICO EM CONTABILIDADE MÉDIO IBGP 2021) O objeto da contabilidade é o patrimônio, que é definido como o conjunto de bens, direitos e obrigações, mensuráveis monetariamente e vinculados a uma entidade. Nesse contexto, é CORRETO afirmar que o Balanço Patrimonial é a representação gráfica do patrimônio, e tecnicamente evidencia:
 - (A) A situação patrimonial da entidade em uma determinada data.
 - (B) O resultado econômico decorrente da gestão patrimonial em um determinado período.
 - (C) O saldo da equação patrimonial da entidade em uma determinada data.
 - (D) Os aspectos estático e dinâmico do patrimônio da entidade.

- 21. (PC/SE-ESCRIVÃO DE POLÍCIA MÉDIO CESPE 2021) Com relação aos conceitos fundamentais da contabilidade e seu mecanismo de registro de fatos administrativos, julgue o item que segue. Contabilidade é a ciência que estuda, interpreta e registra as variações expressas na equação fundamental do patrimônio, as quais afetam a situação líquida patrimonial.
 - () CERTO () ERRADO
- 22. (FUNSAÚDE/CE TÉCNICO EM CONTABILIDADE MÉDIO FGV 2021) O campo de atuação da Contabilidade é muito amplo e abrange diferentes segmentos. Com relação às finalidades de cada segmento, assinale a afirmativa correta.
 - (A) A Contabilidade de Custos é utilizada exclusivamente pela Contabilidade Gerencial.
 - (B) A Contabilidade Gerencial abrange as informações a serem fornecidas aos tomadores de decisão, isto é, às pessoas internas à organização.
 - (C) A Contabilidade Fiscal tem como objetivo orientar investidores e credores na decisão de onde alocar seus recursos.
 - (D) A Contabilidade Financeira é utilizada internamente para decisões sobre a produção de novos produtos.
 - (E) A Contabilidade Pública objetiva fornecer informação ao Governo, principalmente à Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- 23. (IMBEL CONTADOR SUPERIOR FGV 2021) Assinale a opção que indica a situação em que a receita mensal contabilizada pelo Regime de Competência e pelo Regime de Caixa é a mesma.
 - (A) Venda a prazo de passagem aérea para ser utilizada imediatamente.
 - (B) Venda de curso mensal de informática, cujo pagamento ocorre no último dia útil do mês das aulas.
 - (C) Venda à vista de plano trimestral em uma academia.
 - (D) Venda à vista de assinatura anual de revista.
 - (E) Recebimento de dinheiro por encomenda de roupa que ficará pronta em dois meses.
- 24. (TRT 10ª Região Analista Judiciário CESPE) O balanço patrimonial e o de resultado econômico devem ser lançados no livro razão. Ambos têm de ser assinados por técnico em ciências contábeis legalmente habilitado e pelo empresário ou sociedade empresária.
 - () CERTO () ERRADO
- 25. (TRE/BA Técnico Judiciário CESPE) A pessoa jurídica tributada com base no lucro real deverá manter o livro razão ou fichas utilizadas para resumir e totalizar, por conta ou subconta, os lançamentos efetuados no livro diário. Com relação ao livro razão, assinale a opção correta.
 - (A) É obrigatória a escrituração do livro razão por qualquer pessoa jurídica.
 - (B) A escrituração do livro razão deverá ser individualizada, obedecendo-se à ordem cronológica das operações.
 - (C) O livro razão, com escrituração sintética, é auxiliar do livro diário.
 - (D) São dispensados no livro razão os termos de abertura e de encerramento.
 - (E) As entidades comerciais que adotem escrituração completa estão obrigadas a autenticar o livro razão.

26. (DPU - Contador - CESPE) A respeito dos componentes patrimoniais e dos fatos contábeis, julgue o item a seguir.

O recebimento de vendas a prazo é considerado um fato contábil permutativo, visto que ele não provoca alterações no patrimônio líquido da entidade e modifica apenas a composição do ativo circulante com o aumento das disponibilidades.

- () CERTO () ERRADO
- 27. (Prefeitura de Niterói/RJ Contador COSEA) Das operações que alteram a estrutura contábil do patrimônio líquido de uma empresa, a que NÃO gera nem aumento nem diminuição do total do patrimônio líquido é
 - (A) constituição de dividendos a pagar
 - (B) aproveitamento de reserva de lucros para aumento de capital social.
 - (C) encerramento de exercício com apuração de prejuízos.
 - (D) aumento de capital por aporte.
 - (E) encerramento de exercício com apuração de lucros.
 - 28. (TJ/SP Contador Judiciário VUNESP) Passivo é:
- (A) uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.
 - (B) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, mas que está totalmente sob controle da entidade.
 - (C) um evento futuro que cria uma coobrigação legal ou não formalizada que faça com que a entidade não tenha nenhuma alternativa realista senão liquidar ou postergar essa obrigação.
 - (D) uma obrigação presente ou passada da entidade, derivada de eventos ocorridos ou a incorrer, cuja liquidação poderá ocorrer por pagamento ou troca com ativos.
 - (E) uma obrigação provável resultante de eventos presentes e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros certos e pela saída de recursos da entidade ou mesmo pela troca por ativos.
- 29. (CEGAS Assistente Técnico Administrativo e Financeiro IESES) O lucro líquido de uma organização é apresentado em qual demonstração contábil?
 - (A) Demonstração do Resultado do Exercício.
 - (B) Demonstração de Fluxo de Caixa.
 - (C) Balanço Patrimonial.
 - (D) Inventário Periódico.
- 30. (UFG Auditor CS-UFG) A partir do conhecimento das receitas e despesas, pode-se estruturar a Demonstração de Resultado, que tem como objetivo principal apresentar, de forma vertical resumida,
 - (A)O resultado apurado em relação ao conjunto de operações realizadas num determinado período.
 - (B)A capacidade da entidade de pagar seus empregados e proporcionar-lhes outros benefícios.
 - (C)O rendimento vinculado às políticas tributárias e de distribuição de lucros e dividendos.
 - (D)A decisão de manter ou vender um investimento em ações resultantes de operações financeiras.